

## Globalization under hegemony The changing world economy <sup>1</sup>

---

Carlos Aguiar de Medeiros <sup>2</sup>

Possivelmente poucos temas contemporâneos têm suscitado tantos livros e artigos como a globalização, objeto central desse livro. Mas este tem um elemento que o distingue. Em vez de reunir uma longa coleção de ensaios sobre o tema cobrindo um extenso mosaico de subtemas e casos nacionais, o editor de *Globalization Under Hegemony*<sup>3</sup> foi bastante feliz em escolher os autores e alguns subtemas específicos centrais para a discussão acadêmica do tema a que se propõe examinar.

Os capítulos *Globalização e desenvolvimento no longo século XX*, de Deepak Nayyar, *Globalização agora e de novo*, de Richard Kozul-Wright, e *Fluxos de capitais no século XX: da Pax Britânica à Pax Americana*, de Benjamin Hopenhayn e Alejandro Vanoli, formam uma unidade e buscam comparar os processos de globalização desenvolvidos na segunda metade do século XIX sob a hegemonia britânica, com os processos liderados hoje pelos EUA. Esse é um tema central da discussão contemporânea que tem gerado uma imensa produção de artigos analíticos e históricos descritivos. Esses três capítulos possuem em comum uma extensa cobertura dessa literatura e da base de dados históricos que informa a discussão contemporânea. Se não houvesse qualquer outro mérito intrínseco aos artigos, essa cobertura seria suficiente para recomendá-los a um público mais atento aos fatos do que às ideologias ou superficiais observações. Com efeito, como destaca Nayyar em seu capítulo, a globalização comporta em geral dois sentidos, um normativo, o sentido que em geral predomina nas discussões dos *policy-makers* e da academia mais orientada para as recomendações de política de desenvolvimento, e um descritivo e analítico, em que predomina o esforço intelectual de entender a natureza desse processo histórico. Os três capítulos que comparam os processos atuais de integração e globalização com os do século XIX (como de resto os demais capítulos que compõem esse livro) estudam a globalização neste segundo sentido. Essa postura, entretanto, não torna os presentes ensaios uma mera descrição em que os autores “ou se eximem de dizer algo porque pode ser falso” – como uma vez disse Bernard Shaw – “ou se recusam a negar qualquer coisa porque pode ser verdadeira”. Ao contrário, os textos em questão observam que a polarização do desenvolvimento entre nações constitui uma força dominante da globalização ontem e hoje. Por diversos ângulos, essa questão é examinada na longa mas competente introdução assinada por Jomo. Ele observa, em particular, o impacto da liberalização financeira sobre as tendências deflacionárias contemporâneas entre os países industrializados e os seus devastadores efeitos sobre as taxas de crescimento entre os países em desenvolvimento. Ao contrário da propalada idéia de que a desrepressão e a liberalização financeira atrairiam para a periferia os fluxos financeiros, observa Jomo,

---

(1) Editado por Jomo Kwame Sundaram (Jomo K. S.). Oxford: University Press, 2006.

(2) Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e visitante da Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge. O autor agradece o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

(3) Este é o primeiro de um projeto de dois volumes sobre “*O longo século XX*” coordenado por Jomo K. S.

estes assumiram uma direção final contrária, com exceção dos breves intervalos marcados por excesso de capitais sucedido por crises financeiras. A crescente influência política das finanças sobre as políticas macroeconômicas, a obsessão antiinflacionária nas políticas de “metas inflacionárias”, as pressões para o aprofundamento da liberalização financeira retiraram dos países em desenvolvimento algumas das poucas políticas que sobreviveram à liberalização comercial e que foram centrais em suas trajetórias de alto crescimento.

Nayyar argumenta em seu capítulo que um dos traços que distingue a globalização contemporânea é a maior assimetria entre a magnitude dos fluxos financeiros e a maior restrição aos fluxos de mão-de-obra que predomina hoje vis-à-vis a globalização do século XIX. Esse fato, ao lado da grande assimetria de poder entre os estados nacionais que estabelecem as regras do jogo (os dos países industrializados) e os estados que as seguem (os demais), torna a globalização um processo polarizador entre as nações. Uma diferença importante entre a globalização ontem e hoje é que a construção dessas regras no passado assumia uma natureza claramente imperial e colonial, ao passo que hoje é mediada por instituições e mecanismos multilaterais que refletem, entretanto, os interesses estratégicos dos países industrializados e da nação hegemônica.

Kozul-Wright, a partir de uma recuperação empírica bastante exaustiva, observa que uma das características mais notáveis da globalização contemporânea, como a fragilidade financeira e as crises externas dos países em desenvolvimento, não diverge da que se pôde observar no período entre 1870 e 1914, quando as crises financeiras e bancárias foram um traço essencial da globalização financeira liderada pela Inglaterra. Os países latino-americanos submeteram-se recorrentemente a políticas deflacionárias e recessivas de forma a sustentar voláteis fluxos de capitais. Tais crises – a do Banco Barings foi a mais famosa – rapidamente se difundiram na região e levaram a significativo atraso no desenvolvimento industrial. Ontem e hoje.

Hopenhayn e Vanoli, em seu ensaio, fazem uma descrição detalhada dos fluxos financeiros entre os dois períodos e dos respectivos padrões monetários apontando as semelhanças e diferenças institucionais na configuração desses fluxos.

Os demais subtemas que compõem esse livro tratam de distintos aspectos da globalização que, tal como o primeiro, constituem hoje o núcleo da discussão contemporânea desta. Jose A. Ocampo e Maria A. Parra, em *Os termos de troca dos produtos primários e a sua implicação estratégica para o desenvolvimento*, discutem as principais evidências sobre a evolução secular dos termos de troca das commodities; Sabyasachi Bhattacharya, em *Os fluxos internacionais do trabalho não livre*, avalia quantitativamente esses fluxos numa perspectiva histórica; Amytia K. Bagchi e Há-Joon-Chang discutem, respectivamente, em seus capítulos *O Estado desenvolvimentista sob o imperialismo* (Bagchi) e *Políticas comerciais e industriais na época do imperialismo* a natureza do estado desenvolvimentista, a sua crise e as estratégias de desenvolvimento. O livro é ainda composto por mais um capítulo – *A merenda gratuita: transferências das colônias tropicais e a sua importância para a formação de capital britânico durante a revolução industrial*, de Utsa Patnaik – que, ao contrário dos demais, não trata de um tema atual da globalização, mas cuja leitura é especialmente sugestiva.

A autora examina cuidadosamente a tese de que as transferências dos elevados excedentes comerciais da Índia foram centrais para a acumulação de capital inglês no período da revolução industrial. Além de uma rica base de dados e cuidadosa discussão macroeconômica dos mecanismos da transferência, o que o texto sugere, como observado por Jomo, é que a assim chamada “acumulação primitiva de capital” não desapareceu com

a afirmação do capitalismo industrial e do “imperialismo do livre-comércio”, mas permaneceu estruturando as relações entre a Inglaterra e a Índia.

Em seu capítulo, Ocampo e Parra apresentam uma reconstrução cuidadosa do debate e da base empírica da tese de Prebisch e Singer sobre a tendência à deterioração dos termos de troca das commodities. Uma tese, apontam os autores, que adquiriu um conhecimento cumulativo (o saldo positivo dos artigos que a sustentam versus os que a negam) raro entre outras proposições empíricas. Dois resultados são particularmente interessantes e se destacam neste trabalho – possivelmente a cobertura mais completa desse tema. Em primeiro lugar, os dados sugerem que, em vez de uma contínua tendência declinante no século XX, os termos de troca tiveram duas grandes quedas, uma após a Primeira Guerra Mundial e a segunda nos anos 1980. O que foi típico da Idade Dourada do pós-guerra foi o fato de que o alto crescimento econômico mundial não reverteu a queda dos anos 1920 e 1930. Depois do espasmódico aumento dos 1970, os anos 1980 levaram a uma segunda grande queda fazendo com que no século XX tenha havido uma forte queda global. A segunda observação que se extrai desses dados – embora os autores não a explorem, ela se encaixa na análise de Arthur Lewis sobre os termos de troca fatoriais – é que ainda que essa direção seja geral para as commodities agrícolas, ela foi muito mais pronunciada na agricultura tropical do que na agricultura não tropical. A conclusão dos autores é que hoje, como no passado, a industrialização parece ser a única saída para os países em desenvolvimento ainda que os benefícios se tornem cada vez mais concentrados nas indústrias intensivas em tecnologia. Esse ponto é também explorado por Jomo em sua introdução, que salienta como as políticas de abertura defendidas pelos organismos multilaterais levam os países em desenvolvimento a uma corrida exportadora com um forte efeito declinante sobre os preços dos bens que exportam.

Sabyasachi Bhattacharya explora os contrastes entre os fluxos de trabalho não livre nos séculos XIX e XX. Um importante elemento desse estudo é a constatação de que, com a extinção da escravidão, o fluxo de trabalho compulsório sob a forma de contratos levou milhões de trabalhadores, sobretudo originários da Índia e da China, para o novo mundo. A globalização atual apresenta um forte contraste com a do passado no sentido de que impõe muito mais restrições ao livre deslocamento da mão-de-obra, entretanto, exatamente por isso acaba por gerar um crescente fluxo ilegal reproduzindo mecanismos de trabalho compulsório.

Bagchi apresenta uma rica análise do estado desenvolvimentista. Os mercados, observa, são sempre guiados pelos interesses dos detentores do poder e de forma alguma promovem autonomamente o desenvolvimento das nações. Os estados desenvolvimentistas são uma construção muito particular. Baseando-se na história das industrializações tardias nos séculos XIX e XX – em particular as de Alemanha, Japão, União Soviética, China e Coreia do Sul – o autor sustenta que os bem-sucedidos estados desenvolvimentistas apresentaram três características comuns: um desimpedimento das estruturas feudais e das instituições que permitem a coerção política dos grupos privados sobre o estado; um forte nacionalismo não excludente; e capacidade de aprendizagem da experiência seguida em outros países, inclusive dos inimigos, sobre a promoção do desenvolvimento tecnológico articulada com a inclusão social. Esta terceira característica torna os estados desenvolvimentistas necessariamente inovadores do ponto de vista institucional. Isto é, os estados desenvolvimentistas desenvolveram-se a partir de uma particular configuração social e geopolítica. O artigo levanta diversos pontos polêmicos cuja discussão seguramente extrapolaria o espaço desta resenha. Destacaria aqui os problemas associados com a generalização do conceito de “estado desenvolvimentista” para estados nacionais

com níveis de desenvolvimento e formação sociais muito distintos. Bagchi inclui a União Soviética como caso particular de estado desenvolvimentista bem-sucedido e nota – em uma direção injustificadamente pouco explorada pelos estudiosos do tema – a grande influência que esta teve sobre o estado desenvolvimentista no resto do mundo. Propõe interpretar o colapso da União Soviética não como a crise do socialismo em geral, mas como o colapso daquele estado desenvolvimentista em face dos desafios da corrida armamentista e da globalização. Devido à importância geral do tema, o texto se limita a algumas observações que mais levantam questões do que as respondem. Fiel a sua tese sobre a natureza do estado desenvolvimentista, a crise deste é explicada pelos conflitos internos de sua formação social. No caso da União Soviética, ao lado de sua incapacidade de competir com o Ocidente liderado pelos EUA, os conflitos nacionais internos e a perda de legitimidade política numa sociedade autoritária – a unidade nacional e a coesão social são aspectos decisivos para o êxito do estado desenvolvimentista – foram responsáveis, em última instância, considera o autor, pela dissolução da União Soviética e pelo triunfo do neoliberalismo.

Outra proposição polêmica é a interpretação da industrialização brasileira. Devido à sua formação social e ao alto peso político dos grupos tradicionais, Bagchi não considera que tenha se desenvolvido no Brasil (ou em qualquer outro país latino-americano) um estado desenvolvimentista. Este se manteve fraco diante dos velhos grupos de poder e dos novos e internacionalizados blocos de capital. Pode-se argumentar, entretanto, que essa proposição sociológica coloca alguns problemas para a sua própria análise sobre a crise do desenvolvimentismo no Brasil. O mesmo se passa com o entendimento do estado na Índia que de forma alguma reúne as três condições consideradas pelo autor como essenciais ao estado desenvolvimentista. Pelas mesmas razões, nem Filipinas, Indonésia ou Malásia possuíram um estado desenvolvimentista. Devido à sua formação social, esses países, isto é, a esmagadora maioria dos países periféricos, falharam em desenvolver o que Bagchi denomina de “capacitação macroeconômica” e suas classes dominantes tornaram-se viciadas (desde os anos 1980) em enviar dinheiro para os paraísos fiscais empurrando elevadas dívidas externas para o Tesouro nacional.

Por fim, Bagchi propõe uma reconstrução do estado desenvolvimentista a partir do que denomina “democracia desenvolvimentista”. Ou seja, a combinação entre os aspectos formais e substantivos da democracia – seguramente ele tem em mente a história do colapso soviético –, de forma a diminuir a oposição aos processos de tomada de decisão com a extensão dos direitos sociais ao emprego e acesso aos serviços básicos. Mas para isso, adverte, a erradicação da apropriação não produtiva da terra e das desigualdades hereditárias ao lado de uma reversão nas políticas neoliberais (liberalização financeira e privatizações sem princípios) são condições essenciais.

O último capítulo deste livro, de autoria de Há-Joon-Chang, discute as políticas comerciais e industriais numa perspectiva histórica. Trata-se de um resumo de seu livro *Chutando a escada*, já traduzido no Brasil, e do seu argumento central sobre como as políticas consideradas hoje ruins pelas instituições multilaterais e pelo pensamento acadêmico dominante foram precisamente aquelas essenciais ao desenvolvimento das nações industrializadas. As recomendações e condicionalidades impostas por essas instituições visando à adoção pelos países em desenvolvimento, independentemente do seu grau de atraso e de suas instituições, das “melhores práticas” internacionais reforça as assimetrias de poder entre as nações e retira dos países mais atrasados as possibilidades de construção de caminhos autônomos de desenvolvimento.